Sexta-feira, 04 DE JANEIRO DE 2019 DIÁRIO OFICIAL Nº 33773 ■ 21

## Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A.

CNPJ/MF nº 13.611.567/0001-46

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expresso.

Balanço Patrimonial										
Ativos	Nota	2017	2016	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016			
			(Reapresentado)	-			(Reapresentado)			
Circulantes		20.233	9.735	Circulantes		18.110	213.154			
Caixa e equivalentes de caixa	4	921	2.605		10	8.803	11.401			
Títulos e valores mobiliários	5.1	5.219	4.123		11	3.710				
Contas a receber	6	1.818	-	Empréstimos e financiamentos	12	_	190.118			
Estoques		416	220		13	837	466			
Impostos a recuperar	7	2.463	2.422	Obrigações tributárias	14	2.132	868			
Adiantamentos a terceiros		16	96		18	1.988	-			
Despesas pagas antecipadamente		875	269			640	35			
Créditos com partes relacionadas	18	8.458	-	Não Circulantes		223.571	70.921			
Outros créditos		47	-	Empréstimos e financiamentos	12	205.023	-			
Não Circulantes		285.165	349.911	Processos judiciais	15	5.495	-			
Aplicações financeiras vinculadas	5.2	5.521	-	Contas a pagar com partes						
Créditos com partes relacionadas	18	-	63.348		18	13.053	70.921			
Investimentos	8	919	919			63.717	75.571			
Imobilizado	9	278.693			16	115.962	115.962			
Intangível		32		Prejuízos acumulados		(52.245)	(40.391)			
Total do Ativo		305.398		Total do Passivo e Patrim. Líq.		305.398	359.646			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

 Contexto Operacional - Hidrovias do Brasil - Miritituba S.A. Práticas Contábeis - As principais políticas contábeis utilizadas ("Sociedade"), constituída em 31/03/2011, tem por objeto social a na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a construção, operação e exploração de terminais multipropósitos e multimodais próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, além da execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, na região de Itaituba, Estado do Pará, podendo também participar de outras empresas que atuem nestes ramos, na qualidade de sócia acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento. A Sociedade iniciou sua operação no primeiro trimes-tre de 2016, através dos serviços de transbordo de carga na região de Itaituba, Estado do Pará. <u>Aspectos regulatórios</u>: Em 11/04/2013, o Conselho Estadual de Meio Ambiente – Coema aprovou a concessão de Licença Prévia referente ao projeto da Sociedade, de instalações de Estação de Transbordo de Cargas – ETC localizadas na cidade de Itaituba, Estado do Pará. Em 16/12/2013, foi aprovada a concessão de Licença de Instalação referente ao projeto da Sociedade, de instalações de ETC não perigosas localizadas na cidade de Itaituba, Estado do Pará. Em 31/07/2014, a Sociedade assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, como Poder Concedente, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, como Interveniente, que autoriza a construção e/ou exploração de Instalação Portuária pela Sociedade, na modalidade de ETC, localizada na margem direita do Rio Tapajós, Gleba de Santa Cruz, s/n, Vila de Miritituba, Município de Itaituba/PA, para fins de movimentação e/ ou armazenagem de granel sólido (grãos e farelo de soja), destinado a ou proveniente de transporte aquaviário. Em 29/12/2014, a Sociedade obteve a concessão de Regime Especial de Tributação para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (REPORTO) pela Receita Federal do Brasil, por meio do Ato Declaratório Executivo – ADE nº 303, publicado no Diário Oficial da União. 2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legisla-ção societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orienta-ções e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronun-ciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. c) Demonstração do resultado abrangente: Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. e) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstra-ções financeiras de acordo com os CPCs exige que a Administração des malicias de activa como ser es exige de a Administração de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas estão relacionadas à avaliação do valor de recuperação de ativos intangíveis e à determinação da vida útil desses ativos (nota explicativa nº 9). f) Reapresentação dos valores correspondentes a 31/12/2016: Em decorrência do assunto mencionado na nota explicativa nº 12, os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram reapresenta-dos para contemplar os efeitos do descumprimento de determina-

seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados. a) Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado: Os ativos avaliados a valor justo por meio do resultado são os ativos financeiros: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valór justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas para obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos e, justos, a contrapartida é o resultado. (ii) Passivos financeiros não derivativos: A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são liquidadas, can-celadas ou vencidas. A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, operações de risco sacado a pagar e fornecedores. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quais-quer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos. b) Reconhecimento da receita: Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evi-dência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetiva-mente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável. As receitas são reconhecidas no momento da prestação do serviço contratado. c) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas por redução ao valor recuperável acumulado. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e os custos de empréstimos e financiamento sobre ativos qualificáveis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica, a taxas anuais de: máquinas e equipamentos e equipamentos eletrônicos e informática – 10%; instalações – 10%; sistema de aplicativos – 20%; benfeitorias – 20%; veículos – 20%. d) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estão disponíveis para uso. e) Redução ao valor recuperável: Um ativo financeiro e não financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um dos indicadores não financeiros (covenants) que resultaram na evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e reclassificação da dívida registrada no passivo não circulante para o passivo circulante, no montante de R\$190.118. **3. Principais** futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve efeito negativo nos fluxos de caixa

	~ -	-		ıtra forma,							
Demonstração do Resultado Nota 2017 2016											
Receita Líguida	N	<u>ota</u> 20	2017 59.857	2016 15.445							
Custo dos Serviços Prestad	los		(39.540)								
Lucro (Prejuizo) Bruto			20.317	(8.145)							
Receitas (Despesas) Opera Salários, encargos e benefício		21	(881)	(695)							
Gerais e administrativas	5	21	(6.199)	(2.812							
Serviços profissionais		21	(774)	(1.179)							
Depreciação e amortização		21	(70)	(61)							
Lucro (Prejuízo) Operacion	al		(7.924)	(4.747)							
antes do Resultado Financ			12.393	(12.892)							
Receitas financeiras		22	252	313							
Despesas financeiras Resultado financeiro		22	(24.499) (24.247)	(26.591) (26.278)							
Prejuízo do Exercício			(11.854)								
Prejuízo por Ação - R\$		17	(0,1026)	(0,3731)							
Demonstração do	Resultad	οА	brangente								
			2017								
Prejuízo do Exercício	da Evan	-:-:-	(11.854)								
Resultado Abrangente Tota											
Demonstração das Mut				quido							
	Capital social		Prejuízos umulados	Tota							
Saldos em 31/12/2015	105.258			104.037							
Aumento de capital em	10.704			10.70							
dinheiro em 26 de dezembro Prejuízo do exercício	10.704		(39.170)	10.704 (39.170)							
Saldos em 31/12/2016	115.962		(40.391)	75.571							
Prejuízo do exercício	-		(11.854)	(11.854)							
Saldos em 31/12/2017	115.962		(52.245)	63.717							
Demonstração											
Fluxo de Caixa das Ativid. (	Operacion	ais	2017								
Prejuízo do exercício Ajustes para reconciliar o prej	uízo do exe	ercíc		(39.170) ixa							
líquido gerado pelas (aplicado											
Provisão para participação nos	s lucros		176								
Mora sobre risco sacado Provisão PIS/Cofins			1.058 1.130								
Encargos de dívidas sobre em	préstimos		19.485								
Processos judiciais			5.495	-							
Juros sobre aplicação financei	ra		(332) 15.396								
Depreciação e amortização   (Aumento) redução nos ativos	operacion	ais:	13.390	11.000							
Contas a receber			(1.818)								
Estoques			(196)								
Garantias e depósitos caução Impostos a recuperar			(41)	13 (199)							
Adiantamentos a fornecedores	5		80								
Créditos com partes relaciona			(8.458)								
Despesas pagas antecipadame Outros créditos	ente		(606) (47)	(64							
Aumento (redução) nos passiv	vos operaci	onai									
Fornecedores	-		(2.598)	(19.514)							
Obrigações sociais e trabalhis   Obrigações tributárias	tas		195 136	195 (338)							
Outras contas a pagar			605	(9)							
Caixa gerado pelas (aplicado i		)									
pelas atividades operacionais			17.806	(31.521							
Pagamento de juros sobre em   e financiamentos	presumos		(8.885)	(29.962							
Amortização risco sacado			(14.013)	-							
Caixa líq. aplicado nas ativida				(61.483							
Fluxo de Caixa das Atividad Aquisição de ativo imobilizado		est	(8.449)	(52.954							
Aquisição de ativo intangível	'		(30)	(20							
Títulos e valores mobiliários e	aplicações		(6.205)	25.24							
financeira vinculadas Caixa liquido aplic. nas ativid.	de investir	men	(6.285) to (14.764)								
Fluxo de Caixa das Ativida				(17.055							
Aporte de capital de acionistas	S		=	10.704							
Captação de empréstimos			4.305								
Risco sacado contratado Partes relacionadas			6.399 7.468								
Amortização de principal – em			-	(146.000							
i		adac	. –	42.24							
Outras contas a pagar c/ parte		uuus									
Outras contas a pagar c/ parto Caixa líquido gerado pelas ativ		auas		81 244							
Outras contas a pagar c/ parte	vidades de	auas	18.172								
Outras contas a pagar c/ parto Caixa líquido gerado pelas ativ financiamento	vidades de <b>xa e</b>		18.172 <b>(1.684)</b>	2.102							

A Sociedade avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há evidência objetiva de que tenha ocor rido perda no seu valor recuperável. Durante o exercício não ocor reram eventos que indicassem a necessidade de revisão do valor recuperável nos ativos financeiros e ativos não financeiros. f) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento pas-

2.605

2.102

Equivalentes de Caixa

Caixa e equival. de caixa no fim do exercício

Aumento (Redução) de Caixa e